

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em 21 de outubro do corrente ano, foi dirigida uma pergunta ao Sr. Ministro da Educação, sob o n.º 777/XV, em que se questionava o início das obras da Escola Secundária Severim de Faria, sita em Évora que sofreu, entre os dias 18 e 20 de setembro de 2021, uma inundação, provocada pela rotura de uma união numa tubagem do sistema de bombagem da central térmica localizada na cobertura do edifício.

Desde essa data têm sido efetuadas inúmeras diligências pela Direção do Agrupamento e pelo Conselho Geral, junto da Empresa responsável pela manutenção e conservação dos equipamentos escolares - Parque Escolar, E.P.E. - sem qualquer sucesso para a resolução de problema.

A referida inundação provocou danos na estrutura do edificado, que face às escorrências, ficaram inutilizadas 11 salas, que se encontram interditas e cada vez mais degradadas, essenciais ao normal funcionamento da Instituição Educativa.

Recentemente, há dias, após chuva intensa, as salas contíguas começaram a denotar novas infiltrações e, um problema que estava localizado, começa a alastrar.

Chove dentro das salas de aulas, sendo necessário colocar recipientes no seu interior, única forma de manter a continuidade das aulas. Ademais, são já visíveis as fissuras no exterior do edifício.

Reiteramos que, face à inundação em 2021, vários gabinetes que se destinavam a locais de trabalho dos departamentos e salas de apoio, bem como espaços destinados às medidas de reforço das Aprendizagens e a realização de testes em sala à parte, haviam sido afetos, à substituição das referidas salas.

Mas agora, já não é possível transitar mais salas de aulas para outros espaços, porque estão esgotadas todas as possibilidades.

Esta situação premente, agravada pela inoperacionalização de 11 salas, pelas razões já conhecidas, tem acarretado enormes constrangimentos no normal processo educativo, que já

não é possível mitigar, com a conseqüente insatisfação dos pais e encarregados de educação.

Acresce que opó, odorese humidades provenientes das mesmas é intenso,face ao estado de degradação, e o Agrupamento não dispõe de recursos humanos suficientes para a manutenção e limpeza constantes destes espaços, tornando-se prejudiciais à saúde de todos os utilizadores do espaço público.

O Sr. Ministro, em resposta à pergunta supra referenciada, informou que havia sido solicitada autorização, através de aprovação de portaria de extensão de encargos, para a contratação, nos próximos três anos, da prestação de serviços CMAE, para todas as escolas em operação, aguardando-se a publicação da referida portaria.

Assim, perguntamos como é possível os edifícios escolares observarem uma degradação diária, sem que o Ministério da Educação promova, com carácter de urgência, a referida publicação? É admissível que seja colocada em causa a saúde dos alunos e as suas aprendizagens pela inércia na prática de um ato administrativo?

O Sr. Ministro informou ainda que os agrupamentos de escolas estavam informados dos procedimentos, pela Parque Escolar, mas tal não se verifica no caso em apreço. A Direção do agrupamento continua sem respostas.

Ora, a esta data, a obra não teve início, desconhecendo-se quando terá lugar.

Trata-se de uma questão urgente, que se arrastará mais de um ano, e que se vê agora agravada pelas intempéries, comprometendo a qualidade do ensino e vivência quotidiana na escola, obrigando à supressão de espaços essenciais ao normal funcionamento de outras atividades fundamentais à recuperação de aprendizagens, e que deram espaço a salas de aulas improvisadas. Mas atualmente, não é possível continuar a improvisar salas de aulas.

Assim,

Ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, por intermédio de V. Excelência, nos termos e nos fundamentos que antecedem, solicitar a resposta às seguintes perguntas:

- 1 - Para quando a publicação da portaria de extensão de encargos, para a contratação, nos próximos três anos, da prestação de serviços CMAE?
- 2 – Para quando o início das obras de requalificação/manutenção da Escola Secundária Severim de Faria, em Évora, face às chuvas ocorridas que provocaram novas infiltrações no interior do edifício escolar?
- 3 - Entende o Sr. Ministro ser admissível que seja colocada em causa a aprendizagem dos alunos, pela inércia na prática de um ato administrativo?

Palácio de São Bento, 18 de novembro de 2022

Deputado(a)s

SÓNIA RAMOS(PSD)

INÊS BARROSO(PSD)

Deputado(a)s

ANTÓNIO CUNHA(PSD)